

Delga
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Participações S.A.
Diadema – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

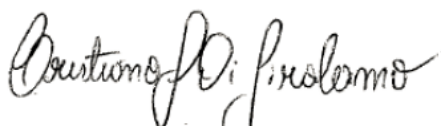
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Delga Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.620	2.427	2.865	2.548	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	14.622	17.454
Aplicações financeiras	8	11.681	12.002	11.802	12.106	Debêntures	16	-	-	16.081	100.320
Contas a receber de clientes	9	2.004	1.751	36.356	23.062	Fornecedores	17	3	2	53.814	53.220
Estoques	10	-	-	114.369	88.665	Obrigações trabalhistas e sociais	18	30	29	35.096	25.706
Impostos a recuperar	11	100	315	27.927	41.907	Obrigações fiscais e tributárias	19	46	21	12.769	22.518
Outros créditos		41	41	735	1.117	Imposto de renda e contribuição social a recolher		149	202	1.624	12.727
Total do ativo circulante		16.446	16.536	194.053	169.405	Parcelamentos de impostos	20	63	85	21.662	26.494
Aplicações financeiras	8	-	-	1.642	1.846	Adiantamento de clientes	21	-	-	25.400	12.967
Empréstimos a partes relacionadas	12	859	714	-	-	Dividendos a pagar	12	1.709	4.329	1.709	4.329
Antecipação de dividendos	12	20.635	18.686	20.635	18.686	Outras contas a pagar		5	-	1.527	261
Impostos a recuperar	11	-	-	15.847	29.920	Total do passivo circulante		2.005	4.668	184.305	275.996
Depósitos judiciais	22	30	30	2.548	3.672	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	13.739	20.052
Outros créditos		-	-	123	123	Debêntures	16	-	-	83.480	-
Total do realizável a longo prazo		21.524	19.430	40.795	54.247	Parcelamentos de impostos	20	7	45	75.283	60.116
Investimentos	13	33.465	31.752	-	-	Passivo fiscal diferido	29b	-	-	1.003	1.003
Imobilizado	14	22.048	22.054	215.510	219.548	Provisão para perdas em processos judiciais	22	98	98	1.566	1.566
Intangível		-	-	392	494	Total do passivo não circulante		105	143	175.071	82.737
Total do ativo não circulante		77.037	73.236	256.697	274.289	Patrimônio líquido	23				
						Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
						Reserva de reavaliação		4.336	4.336	4.336	4.336
						Reserva de lucros		58.549	52.137	58.549	52.137
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		91.373	84.961	91.373	84.961
						Total do passivo		2.110	4.811	359.376	358.733
Total do ativo		93.483	89.772	450.750	443.694	Total do passivo e patrimônio líquido		93.483	89.772	450.749	443.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

4.392,00

5535

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	24	6.352	6.639	634.859	547.512
Custos dos produtos vendidos	25	(288)	(217)	(567.398)	(475.383)
Lucro bruto		<u>6.064</u>	<u>6.422</u>	<u>67.460</u>	<u>72.129</u>
Despesas administrativas, comerciais e gerais	26	(1.296)	(1.318)	(28.874)	(24.968)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	(7)	196	10.493	26.440
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>4.761</u>	<u>5.300</u>	<u>49.080</u>	<u>73.601</u>
Receitas financeiras	28	945	1.303	9.712	37.269
Despesas financeiras	28	(207)	(120)	(49.955)	(54.338)
Resultado financeiro		<u>738</u>	<u>1.183</u>	<u>(40.243)</u>	<u>(17.069)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13c	1.714	37.611	-	-
Resultado antes dos impostos		<u>7.213</u>	<u>44.094</u>	<u>8.837</u>	<u>56.532</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29a	(741)	(808)	(2.365)	(13.333)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29b	-	-	-	87
Lucro líquido do exercício		<u>6.472</u>	<u>43.286</u>	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		-	-	6.472	43.286
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		<u>6.472</u>	<u>43.286</u>	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico	30	0,0002	0,0015	0,0002	0,0015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	6.472	43.286	6.472	43.286
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>	<u>6.472</u>	<u>43.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>2.315</u>	<u>-</u>	<u>47.553</u>	<u>-</u>	<u>47.553</u>
Reclassificação de reserva	-	-	(12.414)	12.414	-	-	-	-
Antecipação distribuição lucros	-	-	-	(1.549)	-	(1.549)	-	(1.549)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.286	43.286	-	43.286
Constituição reserva legal	-	-	-	2.164	(2.164)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.329)	(4.329)	-	(4.329)
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	36.793	(36.793)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>-</u>	<u>52.137</u>	<u>-</u>	<u>84.961</u>	<u>-</u>	<u>84.961</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.472	6.472	-	6.472
Dividendos propostos	-	-	-	-	(61)	(61)	-	(61)
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	6.411	(6.411)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>-</u>	<u>58.549</u>	<u>(0)</u>	<u>91.373</u>	<u>-</u>	<u>91.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		7.213	44.094	8.837	56.532
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		-	1	13.489	12.988
Encargos sobre empréstimos à partes relacionadas	12	-	(120)	-	-
Encargos (reversão de encargos) sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	(211)	12.556
Encargos sobre debêntures	16	-	-	4.210	-
Reversão de provisão de perda esperadas de créditos a receber	9	-	-	(25)	-
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	1.961	477
Encargos de duplicatas descontadas		-	-	3.144	130
Outros		5	-	(4)	-
Resultado de equivalência patrimonial		(1.713)	(37.611)	-	-
Variações em:					
Contas a receber de clientes	9	(253)	(61)	(16.413)	12.916
Estoques	10	-	-	(25.704)	(23.887)
Impostos a recuperar	11	215	(294)	28.054	(40.645)
Outros créditos		321	-	382	(739)
Aplicações financeiras		-	(12.002)	508	(13.952)
Depósitos judiciais	22	-	-	1.124	561
Fornecedores	17	-	-	594	6.673
Obrigações trabalhistas e sociais	18	1	2	9.390	2.940
Obrigações fiscais e tributárias, parcelamentos de impostos e IR/CS a recolher	19 / 20	(88)	(166)	384	(6.083)
Adiantamento de clientes	21	-	-	12.433	3.599
Outras contas a pagar		5	(504)	1.266	(166)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		5.707	(6.661)	43.419	23.900
Juros pagos		-	-	(1.762)	(2.206)
Imposto de renda e contribuição social		(741)	(696)	(13.265)	(696)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.967	(7.357)	28.392	20.999
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Distribuição/antecipação de dividendos	12	(4.629)	(1.549)	(4.629)	(1.549)
Empréstimos concedidos à partes relacionadas	12	(145)	(4.679)	-	(4.679)
Aquisição de intangível		-	-	(657)	(179)
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(10.653)	(11.103)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(4.774)	(6.228)	(15.939)	(17.510)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos pagos	15	-	-	(22.792)	(19.079)
Debêntures pagas	16	-	-	(3.280)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	13.935	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		-	-	(12.137)	(19.079)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		193	(13.585)	316	(15.590)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	2.427	16.012	2.548	18.138
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	2.620	2.427	2.865	2.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2000 que tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades. Sua sede está localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentou em suas demonstrações financeiras consolidadas excesso de ativo circulante sobre passivo circulante no montante de R\$ 9.748 (excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R\$ 106.590 em 31 de dezembro de 2018).

Planos da administração

A administração do Grupo vem implementando ações estratégicas para otimizar seus resultados, focando em redução de despesas e custos; desenvolvimento de novos negócios e consequente expansão das vendas; planejamento tributário e ganhos operacionais de eficiência.

Tais ações já geraram reflexos nas demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2019 com a melhoria do índice de liquidez geral, de 0,62 em 31 de dezembro de 2018 para 0,65 em 31 de dezembro de 2019, além do patrimônio líquido positivo de R\$ 84.961 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 91.373 positivo em 31 de dezembro de 2019.

Em 2019, o controle rígido de custos e despesas permitiu que o EBITDA atingisse R\$ 62.477 (R\$ 86.589 em 2018).

Também foi relevante a decisão pela reativação da unidade Anchieta da controlada Delga Indústria e Comércio S.A. no ano de 2019, a qual possui localização estratégica, o que possibilitará o desenvolvimento de novos negócios, a exemplo de terceirização de linhas de montagem de clientes, com primeiro projeto iniciado em janeiro 2019.

Com essas ações a administração do Grupo entende que o fluxo financeiro gerado em suas operações já será suficiente para honrar seus compromissos de curto e médio prazos, descartando quaisquer riscos de descontinuidade operacional. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e a geração de caixa não seja a esperada, os acionista se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios nos próximos 12 meses e o reconhecimento de ativos e passivos levando em consideração o pressuposto de continuidade.

Sendo assim o Grupo reconhece seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 considerando o pressuposto de continuidade operacional.

2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Delga Indústria e Comércio S.A. (“Delga Indústria”)

Constituída em 21 de agosto de 1968, com sede localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, bairro Serraria, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul. As atividades da Delga Indústria estão relacionadas à estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (“Fobrasa”)

Constituída em 26 de junho de 1973, com sede localizada na rua Almirante Lobo, nº 1.456, bairro do Ipiranga, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Fobrasa estão relacionadas à revenda de máquinas e equipamentos.

Tamet Estamparia Pesada Ltda. (“Tamet”)

Constituída em 23 de setembro de 1969, com sede localizada na rua Damásio Pinto, nº 47, bairro de Itaquera, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Tamet estão relacionadas à estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais).

	Participação acionária 2019 e 2018
Delga Indústria e Comércio S.A.	99,99%
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia e de suas controladas em 9 de julho de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas esperadas;
- **Nota explicativa nº 10** – Estoques – Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência dos estoques;
- **Nota explicativa nº 14** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos

(iii) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão classificados como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31.

4 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

i. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

e. Estoques

Os estoques das controladas são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos por suas controladas que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia e de suas controladas para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do cliente;
- probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras;
- Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 - inadimplência ou atrasos do devedor;
 - reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que seriam aceitas em condições normais;
 - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não havia leasing de natureza operacional, portanto, sem impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

Receita de Aluguel

A receita operacional de aluguéis de imóveis é reconhecida considerando os cinco passos: i) identificação dos contratos com os clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e atualização juros Selic sobre crédito de ação Pis e Cofins; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados utilizando o regime do lucro real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) *Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos*

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à antiga norma, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma é aplicável a partir 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03. Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com a implementação do novo conceito da referida norma, a Companhia e suas controladas avaliaram se os contratos ativos de arrendamento transferem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período de tempo ou durante todo o período de seu uso. Para tanto, avaliaram se:

- possuem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso dos ativos identificados;
- possuem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados; e
- confirmaram se seus contratos de arrendamento permanecem aplicáveis dentro do novo conceito.

Prazo de arrendamento

O CPC 06 (R2) exige a avaliação não somente do prazo não cancelável do arrendamento, mas pede para que sejam considerados conjuntamente os pontos destacados abaixo:

- períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

A Companhia e suas controladas realizaram análises com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e informações complementares como os novos contratos assinados durante esse período (contratos de arrendamento de imóveis) e não identificou a necessidade de ajuste decorrente da aplicação da nova norma, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas passaram a considerar os aspectos do ICPC 22 e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	5	7	35	39
Bancos conta movimento	<u>2.615</u>	<u>2.420</u>	<u>2.830</u>	<u>2.509</u>
	<u>2.620</u>	<u>2.427</u>	<u>2.865</u>	<u>2.548</u>

A análise de exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 31.

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	11.681	12.002	13.444	13.952
	11.681	12.002	13.444	13.952
Circulante	11.681	12.002	11.802	12.106
Não circulante	-	-	1.642	1.846

As aplicações financeiras estão compostas 99% em aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e 1% em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos cotistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

A exposição da carteira às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros. *Ver nota explicativa 31.*

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes nacionais	3.536	3.283	51.125	34.653
Clientes estrangeiros	-	-	2.616	2.703
	3.536	3.283	53.741	37.356
(-) Antecipação de recebíveis (i)	-	-	(15.853)	(12.380)
(-) Provisão para perda esperada	(1.532)	(1.532)	(1.532)	(1.914)
	2.004	1.751	36.356	23.062
	2.004	1.751	36.356	23.062

- (i) O saldo refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A. baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber e sem coobrigação e com depósito de documentos pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A..

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(1.914)
Reversão	-	-	382	-
Saldo final	<u>(1.532)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(1.914)</u>

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
General Motors	26%
Volkswagen	23%
Scania	20%
Mercedes Benz	9%
Meritor	7%
Outros	<u>15%</u>
Total	<u>100,00%</u>

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer:				
A Vencer até 30 dias	560	556	40.693	25.422
A Vencer a mais de 30 dias	-	-	5.635	1.364
Total a vencer	<u>560</u>	<u>556</u>	<u>46.328</u>	<u>26.786</u>
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	-	7	2.196	1.490
de 31 a 90 dias	64	9	1.039	1.462
de 91 a 180 dias	100	28	155	147
há mais de 180 dias	<u>2.812</u>	<u>2.683</u>	<u>4.023</u>	<u>7.471</u>
Total vencidos	<u>2.976</u>	<u>2.727</u>	<u>7.413</u>	<u>10.570</u>
Total geral	<u>3.536</u>	<u>3.283</u>	<u>53.741</u>	<u>37.356</u>

O contrato de empréstimo firmado pela Delga Indústria e Comércio S.A. com o BNDES, exige garantia de recebíveis equivalentes a 3 (três) parcelas a vencer registradas em conta separada no montante total de R\$ 1.642.

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	18.179	16.764
Produtos em elaboração	1.708	1.127
Produtos semi-acabados	33.807	37.589
Matérias primas	16.964	17.928
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.951	1.558
Mercadorias para revenda	3.784	4.658
Sucata	85	-
Importação em andamento	8.040	-
Ferramentais em construções (i)	25.062	3.144
Adiantamento a fornecedores	4.789	5.897
	114.369	88.665

Não há estoques das controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

- (i) A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. foi vencedora da concorrência para produção de peças pertencentes a veículos da GM e VW, para isso se faz necessária a construção das ferramentas que serão utilizadas na fabricação dos produtos, cuja responsabilidade por todo processo de construção é do futuro fabricante das peças. Os desenvolvimentos destas ferramentas foram realizados na Coreia e China, respectivamente. No decorrer do ano de 2019 estes ferramentais importados foram recebidos e os gastos foram incorporados na conta de Ferramental em Construção, devido ao alto valor agregado, ocasionou de forma relevante a elevação do saldo desta conta, onde passou de R\$ 3.144 em 2018 para R\$ 25.052 em 2019. Este processo de construção dos ferramentais é finalizado com a venda dos mesmos às montadoras, após passados os processos de aprovação, fato este que ocorre em 2020, tendo assim a baixa dos saldos da conta supracitada.

11 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
IPI a compensar	4.280	1.239
ICMS a compensar	1.840	3.883
COFINS a compensar	1.054	2.509
PIS a compensar	250	411
Créditos extemporâneos (i)	567	567
Crédito Ação Pis e Cofins - ICMS na base de cálculo (ii)	31.388	58.865
IR a compensar	705	774
Pert (iii)	1.926	-
PREJ FISCAL / BASE NEGATIVA CSLL	1.384	-
Outros	379	148
	43.773	71.827
Circulante	27.927	41.907
Não circulante	15.847	29.920

- (ii) Em 2014 na controlada Delga Indústria e Comércio S.A. houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos. Em 29/11/2018 ocorreu o trânsito e julgado na qual a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Empresa de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Desta forma, e adotando postura conservadora, baseando-se na apuração de créditos baseada no ICMS líquido, a controlada reconheceu o montante de R\$ 58.865 na rubrica “Impostos a recuperar”, de acordo com estimativas de utilização, sendo no ativo circulante R\$ 29.432 (50%) e não circulante R\$ 29.433 (50%), com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 24.671 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 34.194, referente a atualização do crédito (Taxa Selic) em “Receitas financeiras”.

- (iii) Em 14 de novembro de 2017, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2019, houve a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas, com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.

12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com suas controladas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos a partes relacionadas (i)	859	714	-	-
Antecipação de dividendos (ii)	20.635	18.686	20.635	18.686

- (i) Refere-se a empréstimos junto a Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. com prazo de vencimento indeterminado, sem incidência de juros e atualização.
- (ii) Refere-se a antecipação de dividendos junto aos acionistas da Companhia nos exercícios de 2018 e 2019 que serão compensados com distribuição futura de lucros.

b. Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos a pagar	1.709	4.329	1.709	4.329

c. Resultado

	Controladora	
	2019	2018
<i>Receita de aluguel</i>		
Delga Indústria e Comércio S.A. (i)	2.126	2.343
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (ii)	63	63
	2.189	2.406

- (i) Aluguel das instalações das filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos com prazo indeterminado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.
- (ii) Aluguel das instalações da Tamet com prazo indeterminado e atualização com base no IGPM.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2019 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 3.872 (R\$ 3.140 em 2018) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Os beneficiários finais da Companhia são os acionistas mencionados na nota explicativa nº 23.

13 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A.	31.872	28.147
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	528	2.157
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.065	1.448
Total	<u>33.465</u>	<u>31.752</u>

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	-
Total do ativo das controladas	386.529	8.491	4.271	399.290
Total do passivo das controladas	(354.657)	(7.963)	(3.204)	(397.576)
Resultado do exercício das controladas	(3.725)	1.629	382	(1.714)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2019	31.872	528	1.066	33.466
Resultado de equivalência patrimonial	3.725	(1.629)	(382)	1.713
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2019	<u>31.872</u>	<u>528</u>	<u>1.066</u>	<u>33.465</u>

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	-
Total do ativo das controladas	379.906	9.767	4.483	394.156
Total do passivo das controladas	(351.759)	(11.849)	(3.701)	(367.309)
Resultado do exercício das controladas	38.911	(2.082)	782	37.611
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2018	28.147	2.157	1.448	31.752
Resultado de equivalência patrimonial	38.911	(2.082)	782	37.611
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2018	<u>28.147</u>	<u>2.157</u>	<u>1.448</u>	<u>31.752</u>

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1º/01/2019	28.147	2.157	1.448	31.752
Equivalência patrimonial	3.725	(1.629)	(382)	1.713
Saldos em 31/12/2019	31.872	528	1.066	33.465

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1º/01/2018	(10.764)	4.239	666	(5.859)
Equivalência patrimonial	38.911	(2.082)	782	37.611
Saldos em 31/12/2018	28.147	2.157	1.448	31.752

14 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Taxa de depreciação % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos		8.770	8.769	9.064	9.063
Edifícios	4	13.278	13.283	23.522	23.526
Instalações	10	-	-	21.940	21.460
Máquinas e equipamentos	5	-	3	196.690	199.348
Móveis e utensílios	10	-	3	1.055	1.628
Veículos	20	-	104	1.690	1.853
Equipamentos de informática (CPD)	20	-	4	1.819	1.834
Aparelhos e acessórios	10	-	-	5.021	6.311
Benfeitorias em imóveis		-	-	54.038	54.891
Veículos industriais	20	-	-	95	496
Instalações administrativas	20	-	-	408	370
Embalagens industriais	10	-	-	6.371	6.105
Ferramentas	10	-	-	292	834
Bens de pequeno valor		-	-	-	29
Gastos reabilitação filial		-	-	-	-
Anchieta		-	-	1.956	2.214
Imobilização em andamento		-	-	8.142	3.530
		22.048	22.166	332.103	333.492
Depreciações acumuladas		-	(112)	(116.593)	(113.944)
Ativo Imobilizado		22.048	22.054	215.510	219.548

Resumo da movimentação do ativo imobilizado

Controladora

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	22.054	9.647
Baixa	(6)	-
Transferência do ativo mantido para venda para o imobilizado	-	12.408
Depreciação	-	(1)
	<u>22.048</u>	<u>22.054</u>

Consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	219.548	209.502
Aquisições	10.653	11.103
Transferência do ativo mantido para venda para o imobilizado	-	12.408
Baixas	(1.294)	(477)
Depreciação	(13.397)	(12.988)
	<u>215.510</u>	<u>219.548</u>

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinha imóveis dados em garantia de dívidas, no valor líquido contábil de R\$ 16.308.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 (R\$ 142 em 2018).

15 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim demonstrada:

Consolidado

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 6,00% a.a.	232	3.027
Daycoval, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	31/10/2022	6,60% a 23,57% a.a	18.428	18.849
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	9.701	15.626
				Total	<u>28.361</u>	<u>37.506</u>
				Passivo circulante	14.622	17.454
				Passivo não circulante	13.739	20.052

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	17.454
2020	14.622	13.403
2021	7.985	6.649
2022	5.754	-
	<u>28.361</u>	<u>37.506</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
37.506	13.935	(22.792)	(211)	(73)	28.361
<u>37.506</u>	<u>13.935</u>	<u>(22.792)</u>	<u>(211)</u>	<u>(73)</u>	<u>28.361</u>
31/12/2017	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
56.306	-	(18.899)	2.301	(2.206)	37.506
<u>56.306</u>	<u>-</u>	<u>(18.899)</u>	<u>2.301</u>	<u>(2.206)</u>	<u>37.506</u>

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas atenderam as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

16 Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio S.A. a 2ª emissão de debentures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	12 de setembro de 2024
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000

Espécie:	Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal:	A cada debênture a partir de 06 de setembro de 2019: Taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros +1,00% a.a.

Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$ 90.000 serão pagos em 48 parcelas mensais a partir de 12/10/2020, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros:	Dívida líquida/Ebitda igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019.
Obrigações adicionais - Outras	Não haver variação negativa superior a 10% dos ativos imobilizados líquidos do grupo econômico; não distribuição ou pagamento de dividendos de lucros aos acionistas da emissora em valor superior a 50% do lucro líquido limitado a R\$ 7 milhões.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação com vencimento final em 12/10/2024.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
	16.081	19.494	19.323	18.330	26.333

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3 (R\$ 3.205 mil em 2018).

Movimentação das debêntures

31/12/2018	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2019
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561
100.320	-	(3.280)	4.210	(1.689)	99.561

31/12/2017	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2018
90.094	-	(29)	10.255	-	100.320
90.094	-	(29)	10.255	-	100.320

Cláusulas restritivas

O contrato de Debênture esta sujeito a cláusulas restritivas, que estabelece a manutenção de índices financeiros e não financeiros, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	3	2	45.512	52.992
Fornecedores do exterior	-	-	8.302	228
	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>53.814</u>	<u>53.220</u>

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

18 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ordenados e salários	-	4	2.659	3.139
Encargos sociais - INSS e FGTS	1	5	13.718	3.413
Provisão de férias e encargos	29	20	13.197	12.922
Rescisões a pagar	-	-	3	-
Outras obrigações trabalhistas	-	-	5.519	6.232
	<u>30</u>	<u>29</u>	<u>35.096</u>	<u>25.706</u>

19 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recolher	-	-	3.882	65
ISS a recolher	-	-	31	28
IRRF a recolher	-	-	41	534
INSS a recolher (i)	-	-	-	3.802
PIS e COFINS a recolher	40	21	2.823	18.087
IPI	-	-	-	-
Outros	6	-	5.992	2
	<u>46</u>	<u>21</u>	<u>12.769</u>	<u>22.518</u>

- (i) Na controlada Delga Indústria e Comércio S.A. teve a revogação do artigo 8º da Lei 12.546/2011, que incluiu diversos setores na denominada “desoneração da Folha”, instituindo o recolhimento do INSS da folha através da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

20 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (i)	-	-	49.975	34.169
IPTU	19	5	25	15
PGFN PAES Lei 11.941/09	-	-	3.916	-
RFB Lei 11.941/09	-	-	-	29.189
RFB Lei 12.966/14	-	-	-	71
PIS E COFINS	-	-	11.851	2.415
INSS (ii)	51	125	14.763	135
PERT RFB (iii)	-	-	16.415	20.616
	70	130	96.945	86.610
Circulante	63	85	21.662	26.494
Não circulante	7	45	75.283	60.116

(i) ICMS

Entre 2007 e 2015, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A., efetuou pedido de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses (até 11/2025). Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

(ii) INSS e RFB Lei 11.94/09

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV. Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irreatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei, sendo que em 31 de dezembro de 2019, restavam para a referida controlada as parcelas de nºs 98 a 180 (82 parcelas) a serem pagas, relativas a débitos referente ao Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Demais Débitos - PGFN. Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

2020	2021	2022	2023	2024	2025
21.445	24.600	21.669	13.676	11.471	2.590

(iii) PERT Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017 a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2019, houve a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas (até 04/2030), com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017.

21 Adiantamento de clientes (Consolidado)

Refere-se a valores recebidos em 2019 de R\$ 25.400 (R\$ 12.967 em 2018) a título de adiantamento de clientes das controladas por conta de pedidos de ferramentais para a produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

22 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Controladora			
Natureza	31/12/2018	Reversão	31/12/2019
Trabalhistas	98	-	98
	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>98</u>
Controladora			
Natureza	31/12/2017	Reversão	31/12/2018
Trabalhistas	98	-	98
	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>98</u>
Consolidado			
Natureza	31/12/2018	Reversão	31/12/2019
Trabalhistas	1.566	-	1.566
	<u>1.566</u>	<u>-</u>	<u>1.566</u>
Consolidado			
Natureza	31/12/2017	Reversão	31/12/2018
Trabalhistas	1.566	-	1.566
	<u>1.566</u>	<u>-</u>	<u>1.566</u>

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais	30	30	2.548	3.672

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas possuem contingências passivas no montante de R\$ 47.759 (R\$ 76.812 em 2018), na opinião de seus consultores jurídicos com probabilidade de perda possível. O principal processo é uma ação da controlada Delga Indústria e Comércio S.A. de execução fiscal no montante de R\$ 21.850, sendo composta por três inscrições onde duas foram parceladas no valor total de R\$ 17.690, reduzindo o valor para R\$ 4.160.

23 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	100,00%	100,00%

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social, desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

24 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de venda de mercadoria	-	-	708.060	653.203
Receita de ferramental	-	-	51.348	19.626
Receita de serviços	-	-	655	229
Receita de alugueis	6.581	6.886	4.392	4.480
Receita de revenda	-	-	4.918	4.058
Receita de sucata	-	-	31.275	31.940
Deduções da receita	(229)	(247)	(165.789)	(166.024)
Receita líquida	6.352	6.639	634.859	547.512

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Devoluções	-	-	(7.692)	(9.022)
ICMS	-	-	(97.263)	(88.158)
PIS	(41)	(44)	(10.873)	(9.670)
COFINS	(188)	(203)	(49.916)	(44.538)
INSS	-	-	-	(14.523)
Outros	-	-	(45)	(113)
Total de deduções da receita	(229)	(247)	(165.789)	(166.024)

25 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mão de obra direta	(288)	(181)	(77.710)	(71.015)
Materiais diretos	-	-	(310.333)	(239.727)
Outros custos diretos	-	-	(49.744)	(13.066)
Custos indiretos de fabricação	-	(36)	(127.751)	(149.780)
Custos revenda mercadorias	-	-	(1.860)	(1.795)
	(288)	(217)	(567.398)	(475.383)

26 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa com pessoal	-	(41)	(15.053)	(16.276)
Serviços de consultoria	(73)	(69)	(4.278)	(1.312)
Gastos mercadológicos	-	(12)	(167)	(112)
Depreciações e amortizações	(1)	(1)	(857)	(732)
Seguros	-	-	(878)	(325)
Processamento de dados	-	-	(1.927)	(1.686)
Impostos e taxas	(1.008)	(1.024)	(179)	(1.613)
Despesas gerais	(214)	(171)	(5.535)	(2.912)
	(1.296)	(1.318)	(28.874)	(24.968)

27 Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Crédito Ação Pis e Cofins - Exclusão	-	-	-	24.671
ICMS - Principal - Nota 11 (ii)	-	-	(296)	338
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	(296)	338
Outras receitas operacionais diversas	(7)	196	1.338	460
Recuperação de impostos	-	-	-	106
Renegociação de Debenture	-	-	6.761	-
Ganho com Parcelamento	-	-	910	-
Reembolso de sinistro	-	-	-	50
Ganho parcelamento PERT - Redução multa e Juros	-	-	1.795	815
Contingências fiscais - reversão	-	-	-	-
	(7)	196	10.493	26.440

28 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos	236	271	2.859	199
Juros Selic- atualização Crédito Ação Pis e Cofins - Nota 11 (ii)	-	-	1.864	34.194
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	-	73
Descontos obtidos	-	1.032	-	660
Aplicações financeiras	708	-	826	1.147
Variação monetária ativa	1	-	334	2
Variação cambial ativa	-	-	3.829	994
	945	1.303	9.712	37.269

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas bancárias	(4)	(4)	(397)	(262)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(86)	(45)	(23.218)	(32.604)
Descontos concedidos	-	-	-	(39)
(-)-PIS/COFINS receita financeira	-	-	(2.414)	-
Variação cambial passiva	-	-	(3.254)	(866)
Variação monetária passiva	(92)	(60)	(5.825)	(9.230)
Outras	(25)	(11)	(14.847)	(11.337)
	<u>(207)</u>	<u>(120)</u>	<u>(49.955)</u>	<u>(54.338)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>738</u>	<u>1.183</u>	<u>(40.243)</u>	<u>(17.069)</u>

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está apresentada como segue:

Controladora

	2019	2018
Receita bruta de aluguéis	6.581	6.786
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	2.106	2.172
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(716)</u>	<u>(738)</u>
Outros	<u>(25)</u>	<u>(70)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(741)</u>	<u>(808)</u>

Consolidado

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da Contribuição social	8.837	56.532
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	7.213	44.094
Lucro contábil ajustado	1.624	12.438
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	-	(4.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	87
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(2.365)	(808)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.365)	(13.333)
Alíquota efetiva	21,24%	23,59%

b. Composição dos impostos diferidos - passivo

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	Consolidado	
	2019	2018
Depreciação	(1.003)	(1.003)
Passivo fiscal diferido	(1.003)	(1.003)

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

30 Lucro básico por ação

O cálculo do lucro/prejuízo básico por ação foi baseado no lucro/prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.472	43.286
Quantidade de ações ordinárias (nota 23)	28.544.623	28.544.623
Lucro por ação - básico (em R\$)	0,0002	0,0015

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia ações ordinárias em circulação ou outros fatores de diluição.

31 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia e suas controladas não possuem políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora				
		2019		2018		
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado		
Ativo						
	Caixa e equivalentes de caixa	7	-	2.620	-	2.427
	Aplicações financeiras	8	11.681	-	12.002	-
	Contas a receber de clientes	9	-	2.004	-	1.751
	Empréstimos à partes relacionadas	12	-	859	-	714
	Outros créditos			41		41
			11.681	5.524	12.002	4.933
<hr/>						
		2019		2018		
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado		
Passivo						
	Fornecedores	17	-	3	-	2
	Outras contas a pagar		-	5	-	-
			-	8	-	2

Consolidado					
		2019		2018	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	2.865	-	2.548
Aplicações financeiras	8	13.444	-	13.952	-
Contas a receber de clientes	9	-	36.356	-	23.062
Outros créditos		-	858	-	1.240
		13.444	40.079	13.952	26.850
		2019		2018	
Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	15	-	28.361	-	37.506
Debêntures	16	-	99.561	-	100.320
Fornecedores	17	-	53.814	-	53.220
Adiantamento de clientes	21	-	25.400	-	12.967
Outras contas a pagar		-	1.527	-	261
		-	208.663	-	204.274

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão compostas de 99% em aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e 1% em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possuem práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas procuram realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, serviços e alugueis, a Companhia e suas controladas possuem ainda provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

b. Risco de preço das mercadorias vendidas, dos produtos adquiridos ou serviços prestados

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos e serviços comercializados pela Companhia e suas controladas e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia e suas controladas. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d. Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia e suas controladas ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia e suas controladas (Delga Indústria Comercio S.A. e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.) ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

<i>(Em milhares de USD)</i>	31/12/2019	31/12/2018
Clientes do exterior	649	698
	649	698
 <i>(Em milhares de USD)</i>	 31/12/2019	 31/12/2018
Fornecedores do exterior	(2.060)	(49)
	(2.060)	(49)

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2019

USD/BRL

4,0307

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Controladora						
Exposição patrimonial	Exposição ou Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2019	Cenários					
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	11.681	Variação do CDI	4,40%	514	642	771	385	257
				<u>514</u>	<u>642</u>	<u>771</u>	<u>385</u>	<u>257</u>
				Consolidado				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2019	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.444	Variação do CDI	5,64%	758	948	1.137	569	379
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(28.361)	Variação do CDI	5,64%	(1.600)	(1.999)	(2.399)	(1.200)	(800)
Debêntures	(99.561)	Variação do CDI	5,64%	(5.615)	(7.019)	(8.423)	(4.211)	(2.808)
1+2				<u>(6.457)</u>	<u>(8.070)</u>	<u>(9.685)</u>	<u>(4.842)</u>	<u>(3.229)</u>

e. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia e de suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo o qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Os valores dos passivos financeiros representam a exposição máxima de liquidez. A exposição de risco de liquidez na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas a seguir:

Controladora		
	2019	2018
Fornecedores (Nota 17)	3	2
Outras contas a pagar	5	-
	8	2
Consolidado		
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	28.361	37.506
Debêntures (Nota 16)	99.561	100.320
Fornecedores (Nota 17)	53.814	53.220
Adiantamento de clientes (Nota 21)	25.400	12.967
Outras contas a pagar	1.527	261
	208.663	204.274

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
31 de dezembro de 2019					
Fornecedores (Nota 17)	3	3	3	-	-
Outras contas a pagar	5	5	5	-	-
	8	8	8	-	-
Consolidado					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º Ano
31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	28.361	28.361	14.622	7.985	5.754
Debêntures (Nota 16)	99.561	99.561	16.081	19.494	63.986
Fornecedores (Nota 17)	53.814	53.814	53.814	-	-
Adiantamento de clientes (Nota 21)	25.400	25.400	25.400	-	-
Outras contas a pagar	1.527	1.527	1.527	-	-
	208.663	208.663	111.444	27.479	69.740

32 Eventos subsequentes

COVID-19

A parada dos clientes das controladas a partir de 20 de março de 2020, gerou um impacto negativo nas receitas consolidadas de 67,6% no período de março a maio de 2020. O setor automotivo estima que, em 2020, a produção nacional sofrerá queda de 40%, mesmo impacto que as controladas deverão sofrer no seu volume de negócio.

Sendo assim, desde então a Companhia e suas controladas vem implementando medidas emergenciais para mitigar os primeiros impactos causados pela pandemia e avalia, sob ótica estratégica, no curto, médio e longo prazo, os possíveis impactos sobre as operações e posição financeira e patrimonial da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus efeitos econômicos e financeiros e permitir a continuidade regular dos negócios.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, já haviam sido adotadas ou estavam em desenvolvimentos as seguintes medidas principais:

- Renegociações de contratos de locações com os locatários;
- Gestão austera de caixa, com objetivo de mantê-lo com liquidez suficiente para honrar os compromissos essenciais para a continuidade regular das operações;
- Gestão rígida de novos pedidos de compras (custos e despesas) e de investimentos;
- Desenvolvimento de projetos para otimização das estruturas fabris e processos produtivos;
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de colaboradores, com o objetivo de reduzir o custo da folha de pagamento, tais como suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salário, adequando-a à nova realidade de volumes de produção e faturamento;
- Otimização do ciclo financeiro, através de negociações para redução de prazos de clientes e aumento de prazos junto a fornecedores;
- Renegociação de contratos com instituições financeiras, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas, para alinhamento ao volume de negócios projetado para o curto e médio prazo e às disponibilidades de caixa;
- Planejamento tributário, com utilização de medidas disponibilizadas pelos órgãos federais e estaduais, além de mecanismos para adequar os pagamentos às disponibilidades de caixa;

- Monitoramento da saúde financeira dos principais fornecedores;
- Negociação de reajustes de preços com clientes, a fim de neutralizar os efeitos da redução de volumes de produção e faturamento sobre os custos fixos e despesas.

A Companhia e suas controladas criaram um Comitê de Crise, o qual se reúne semanalmente para avaliar os resultados das medidas adotadas e propor novas ações visando, além da mitigação dos efeitos da crise, o bem estar e a saúde de seus colaboradores.

A administração da Companhia e de suas controladas acreditam que essas medidas emergenciais e estratégicas acima citadas e o plano de administração descrito na nota explicativa nº 1, ajudam a proteger o seu caixa, garantindo o cumprimento de seus compromissos de curto prazo e a consequente continuidade dos negócios.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Consultoria Contabil Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3